

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PROBLEMATIZAÇÕES E PROPOSTAS PARA O PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE LICENCIATURAS

Teaching degree: problematizations and proposals for the pedagogical project of teaching courses

Formación del profesorado: problematizaciones y propuestas para el proyecto pedagógico del cursos de pregados

Carlos Betlinski*

RESUMO: Propõe-se neste artigo uma discussão sobre a formação de professores dos cursos de licenciaturas das Instituições de Ensino Superior tendo como foco a análise do Projeto Pedagógico de Curso. Aborda-se o processo de expansão da universidade brasileira no contexto mercadológico e suas consequências para as políticas públicas de gestão do ensino superior, além de suas implicações nos cursos de formação inicial de professores. A partir dos três elementos centrais do Projeto Pedagógico de Curso, concepção de educação, perfil do egresso e metodologia de ensino o artigo tece críticas ao modelo mercantil de educação e pensa a formação de professores como processo de autoformação cultural, o que remete à Paideia grega.

Palavras-chave: formação de professores, projeto pedagógico de curso, ensino superior

ABSTRACT: The aim of this article is to establish a discussion about the teaching degree in the bachelor degrees courses in Universities, having as its main focus the analysis of the Pedagogical Project of Course. It discusses the process and expansion of the Brazilian Universities in the marketing context and its consequences to the public politics of Higher Education Management, apart from its implications in the teachers initial degrees. From the three main elements of the Pedagogical Project of Course, the concept of education, the egress profile and teaching methodologies, this article criticizes the marketing pattern of education and believes the Teaching degree as a cultural self-education process, which leads to the Greek Paideia.

Keywords: teaching degree, pedagogical project of course, higher education.

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Mestre em Educação pela PUC/SP. Prof. Adjunto do Departamento de Educação da UFLA – Universidade Federal de Lavras – MG. Contato: carlosbetlinski@ded.ufla.br

RESUMEN: Este artículo se plantea una discusión sobre la formación de profesores de los cursos de licenciatura de las Instituciones de Enseñanza Superior, teniendo como foco el análisis del Proyecto Pedagógico del Curso. Se aborda el proceso y expansión de la universidad brasileña en el contexto mercadológico y sus consecuencias para las políticas públicas de gestión de la enseñanza superior, además de sus implicaciones en los cursos de formación inicial de profesores. A partir de los tres elementos centrales del proyecto Pedagógico del Curso concepción de educación, perfil del egreso y metodología de la enseñanza, el artículo teje críticas al modelo mercantil de educación y piensa en la formación de profesores como proceso de autoformación cultural, lo que remite a la Paideia griega.

Palabras clave: formación de profesores, proyecto pedagógico del curso, enseñanza superior.

INTRODUÇÃO

O que se propõe para este artigo é uma discussão crítica sobre a formação de professores em contexto da educação mercadológica. O debate sobre o tema adquire relevância na atualidade, momento em que se observa a expansão da universidade brasileira e contraditoriamente a retração das matrículas nos cursos de licenciaturas, tanto em universidades públicas quanto privadas.

A formação de professores apresenta-se como um dos principais temas da educação superior da atualidade, além de representar um dos grandes desafios para a sociedade brasileira em termos de construção de um projeto educativo para o país e que implicará diretamente na demanda e qualificação dos profissionais que irão atuar na Educação Básica.

Aponta-se num primeiro momento alguns dados e evidências de como a educação brasileira tem se enredado em valores e princípios dados pelo mercado, especialmente a questão do financiamento e demanda de abertura de cursos e número de matrículas com visível decadência de matrículas nos cursos de licenciaturas.

No segundo momento são feitas algumas problematizações e propostas quanto ao Projeto Pedagógico dos cursos de licenciaturas especialmente focalizadas em três questões fundamentais que norteiam o planejamento e execução dos processos de formação inicial dos docentes: concepção de educação, perfil do egresso e estratégias ou metodologias de aprendizagem.

Ao lado da discussão sobre o Projeto Pedagógico dos cursos de licenciaturas propõe-se debater a questão da responsabilidade e da necessidade de políticas públicas de formação de professores que

ultrapassam a questão da responsabilidade pública e privada e se pautam num projeto republicano de educação e de formação de educadores.

EDUCAÇÃO, MERCADO E UNIVERSIDADE

No contexto do mercado absoluto a universidade também está se tornando mais um espaço de sacralização da mercadoria-educação. Essa é a concepção de educação no âmbito de expansão do Estado neoliberal e das políticas públicas impostas para o sistema educacional. Se no contexto histórico das socialdemocracias e do socialismo o Estado era provedor do direito à educação e essa era entendida como uma condição de qualificação do cidadão em suas várias dimensões e necessidades, na concepção liberal-mercantil que concebe a educação como mercadoria, ou seja, como um produto que quem tiver o privilégio do acesso compra em prestações e depois poderá usufruir seus benefícios no âmbito do mercado de trabalho.

Se em outros tempos o eixo condutor dos projetos educativos e de formação universitária era socialização do patrimônio cultural, a construção idealizada de uma sociedade democrática e a formação integral do homem, no contexto atual da mercantilização da universidade, a educação, tendencialmente terá seu caráter moldado segundo os princípios e necessidades do próprio mercado. Desta forma se reduz ou perverte-se o significado da formação universitária e conseqüentemente do papel da universidade em relação à sociedade.

A mercadorização da educação superior no Brasil é evidenciada através de números conforme observa SGUISSARDI, “que o crescimento desproporcional do número de IES no período de 1994-2006 – 13,7% públicas e 219,4% privadas – chama a atenção o processo de privatização das matrículas: em doze anos, as públicas cresceram 75% contra 275,2% das privadas (2008, p.999)”.

Quanto à distribuição de matrículas por categorias administrativas, segundo dados fornecidos pelo censo MEC/INEP (2010), no período de 2001-2010 o Brasil saltou de 3.036.113 para 6.379.299 de matrículas de graduação, ou seja, observa-se um aumento de mais de 100% no número de matrículas das quais 74,2% são atendidas pelas IES privadas e 26,8% por IES públicas.

Além da preponderância absoluta dos números a favor do setor privado no atendimento da educação superior, devemos observar que mesmo as universidades públicas estão sofrendo uma significativa inflexão para o mercado. Esse movimento é observado através das políticas públicas de avaliação e de financiamento da pesquisa. Tanto o sistema de avaliação quanto o financiamento do ensino superior são mecanismos de poder do Estado controlador e funcionam como estratégias de gestão que visa à indução das práticas de gerenciamento mercadológicos da universidade.

Quanto às políticas de avaliação do ensino superior, os cursos e as instituições são avaliados externamente por comissões designadas pelo MEC e que procedem segundo uma concepção quantitativa de avaliação com o intuito preponderante de classificar e fazer o sistema educacional funcionar de acordo com o princípio concorrencial (lei da oferta e procura) do mercado. O ranking estabelecido e amplamente divulgado pela imprensa nacional, onde à instituição do ensino superior é atribuído um índice quantitativo aferido mediante o processo de avaliação, o IGC – Índice Geral de Cursos pode funcionar como uma evidência da tendência mercadológica.

O produtivismo acadêmico que atualmente exerce forte pressão sobre os profissionais que atuam no ensino superior é outro fator com fortes evidências mercadológica-administrativa uma vez que os professores-pesquisadores também são avaliados e classificados segundo critérios de produtividade com grau de exigência cada vez maior, uma vez que o mercado exige pesquisas e produção de conhecimento utilitário/pragmático capaz de atender suas necessidades. Num ambiente altamente competitivo a universidade está cada vez mais se prestando a atender os setores da economia que apresentam demandas de conhecimento e técnicas pragmáticas capazes de promover um retorno rápido quanto à mão-de-obra especializada e retorno financeiro quase que imediato.

Quanto ao financiamento da educação nacional, especialmente em relação às agências de fomento à pesquisa nota-se uma sintonia muito forte entre universidade e mercado. As próprias agências de financiamento direcionam e privilegiam em seus editais, todos realizados mediante um processo seletivo, as temáticas de pesquisa que têm uma relação direta com as demandas do mercado. Falando de outro modo, com as pesquisas apressadas e pragmáticas capazes de gerar um produto ou serviço (para ser patentado) que terá visibilidade e aplicabilidade com interesses unicamente financeiros.

Caberia aqui a produção de alguns questionamentos em relação à vinculação da pesquisa e da universidade com o mercado. A função social da universidade restringe-se a atender as demandas do mercado? Todo conhecimento gerado pela pesquisa deverá ter um caráter utilitário capaz de gerar impactos financeiros? Outras dimensões ou necessidades da vida humana e especialmente da vida em sociedade, tais como a política, ética, artes e outras formas de representações simbólicas da cultura não terão mais espaço na universidade? As chamadas ciências humanas e a educação permanecerão recebendo um tratamento secundário carregados de menosprezo e de irrelevância diante dos apelos do mercado?

Outro problema que logo se apresenta à discussão sobre a formação de professores é a crise dos cursos de licenciaturas por falta de alunos motivados para essas áreas do conhecimento e formação profissional. Como

despertar ou promover o interesse pela profissão docente em um contexto social e histórico de desprestígio e falta de valorização e de condições de trabalho para os profissionais da educação?

Essa realidade é evidenciada pela redução de matrículas nos cursos superiores de licenciaturas e o que levou o próprio Estado, nos últimos anos a adotar medidas de incentivo aos candidatos dos cursos de licenciaturas, tais como, o financiamento de cursos em universidades privadas a serem pagos com o trabalho na profissão após a conclusão do curso. Além disso, o próprio governo criou um Plano Nacional de Formação de professores que até 2013 pretende formar gratuitamente 330 mil professores, conforme discutiremos neste trabalho.

Considerando as perspectivas para a formação docente contidas no Plano Nacional de Educação acreditamos ser urgente e imprescindível assegurar a oferta e o financiamento público (tanto em universidades privadas como públicas) para os candidatos aos cursos de licenciaturas. Esses cursos devem ser orientados por políticas públicas universais que nortearão o planejamento e a avaliação e devem considerar a natureza específica dos cursos de formação de professores e também a questão de prioridade absoluta da educação nacional como fator determinante para o desenvolvimento do país nas dimensões de formação política, conduta ética, produção cultural e preparação profissional. Na outra ponta será urgente a valorização profissional dos professores com a obrigatoriedade e elevação do piso salarial nacional e outros incentivos para a carreira do magistério.

Supondo que essas necessidades sejam satisfeitas quais as bases ou fundamentos para um projeto de educação nacional? Qual a responsabilidade das universidades e seus educadores quanto à construção de um projeto de educação humanista e republicano?

UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Discutir o tema da formação inicial de professores em cursos de licenciaturas na universidade brasileira é um grande desafio em face da multiplicidade de interesses e perspectivas que se colocam para esse tema. Questões como concepções de educação, cultura, ideologia, mercado, Estado e trabalho agenciam e até determinam as políticas públicas para a educação, o modelo de formação e de trabalho dos professores.

No Brasil, uma questão que causa muitas controvérsias é o embate entre público e privado alimentado por forças político-ideológicas que adentram o próprio Estado. Nesse contexto sobressaem duas concepções básicas de educação que orientarão as políticas públicas educacionais: a concepção mercadológica ou liberal de educação e a concepção emancipatória ou democrática da educação.

Na primeira concepção a educação é entendida como mercadoria onde cada indivíduo, se tiver acesso ou condição financeira adquire no mercado, ou seja, na esfera das instituições de ensino essa mercadoria/serviço. Em relação às práticas curriculares e pedagógicas, as instituições e seus educadores praticam os valores próprios do mercado tais como: livre concorrência, individualismo, seleção natural dos indivíduos, conteudismo, produtividade, lição, programação e aula propriamente dita. Os pressupostos dessa concepção são: a racionalidade técnica, a desigualdade natural entre os indivíduos e a pedagogia meritocrática. Enfim, é possível perceber as características e os preceitos do liberalismo presentes nas políticas públicas e nas práticas pedagógica por elas orientadas.

Essa concepção de educação premia uma minoria de privilegiados social e economicamente com a oportunidade de cursar o ensino superior financiado pelo Estado brasileiro quando se trata de universidade pública. Desta maneira essa situação reafirma o caráter de segregação do sistema educacional brasileiro e as políticas educacionais legitimam e fortalecem a cultura liberal que orienta as mentalidades, as crenças, os valores, rituais e práticas dos profissionais e das instituições da educação nacional.

Na segunda concepção, a educação é entendida como direito, ou seja, como um bem público a ser democratizado e, especialmente garantido pelo Estado republicano. As políticas públicas e as práticas curriculares são guiadas por valores e princípios da inclusão, solidariedade, coletivismo e diversidade e a aprendizagem é vista como processo de formação que pensa o ser humano em todas as suas dimensões.

A educação é pensada como condição que qualifica o viver, que traz a possibilidade de cada um autoformar-se e a modificar-se de acordo com sua vontade de potência, para usar uma linguagem nietzscheana. A educação oficial, através de seus mestres deveria garantir o acesso de todos ao patrimônio cultural e científico acumulado pela humanidade orientada por uma pedagogia problematizadora e socializadora, de tal forma que os educandos pudessem ter acesso a esses bens e de forma crítica transformá-los, modificá-los quando houver necessidade. Muito mais que um processo de adestramento, doutrinação, transmissão do conhecimento ou preparação para o trabalho, a educação, nos moldes dessa concepção possibilitaria afirmar a vida, a autonomia e a liberdade.

Para além da discussão sobre concepções de educação, anteriormente descritas propõe-se algumas indagações numa perspectiva crítica: a que esfera social pertence o cidadão? À esfera pública ou privada? Quem é responsável pela formação de professores se sabemos que a constituição federal prescreve que o ensino é livre à iniciativa privada? Não é o próprio Estado que autoriza, reconhece e avalia todos os cursos de formação professores e de formação de todos os profissionais do país? Se se entende

que a educação é um direito fundamental para o desenvolvimento humano, porque se chegou a esse estado lamentável de analfabetismo funcional e político? Por que existe falta de comportamentos adequados em relação à prática cidadã e ética que estão muito aquém do que se idealiza para uma sociedade democrática e republicana?

Conforme os dados apresentados anteriormente, a universidade privada é responsável pela formação da maioria dos professores da Educação Básica. Portanto, não se pode negar que a responsabilidade dessas instituições e, especialmente dos educadores que atuam nos cursos de licenciaturas é de extrema relevância no sentido de problematizar, indagar sobre a natureza, sobre os objetivos e sobre o processo de formação daqueles que também serão formadores no nível da Educação Básica. Afinal, qual é a concepção de educação que perpassa os projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores? Qual é a relação desses cursos com a cultura e com a vida em sociedade de seus alunos? É possível diagnosticar um comportamento social e profissional dos egressos numa perspectiva de crítica à cultura e aos paradigmas vigentes de educação? Para qual projeto de educação e para qual projeto de sociedade são mobilizados recursos e forças no âmbito das universidades?

Na última década tivemos a expansão da modalidade de educação à distância numa velocidade espetacular a ponto de em poucos anos contarmos com várias universidades que somam dezenas de milhares de alunos matriculados. O discurso justificador para essa expansão foi o da democratização do acesso e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação que passaram a integrar os processos educativos. Sem dúvida seriam dois ótimos argumentos se não fosse o apressamento e o interesse de vender facilidades para abocanhar uma fatia significativa do mercado e faturar com o negócio da educação.

Suspeita-se de um “pacto de hipocrisia” nos processos de avaliações externas de cursos e, especialmente nas instituições privadas pode-se duvidar do caráter ético e do rigor do diagnóstico das condições de oferta dos cursos. Como resultado desse “faz de conta” pode-se estar vivendo um grande estelionato da educação, tanto de cursos presenciais e quanto dos cursos à distância, especialmente em relação à instituição privada que restringe a contratação e o pagamento de jornadas de trabalho adequadas aos docentes e investe pouco na infraestrutura utilizando o critério financeiro de baixo custo para elevar a lucratividade.

Atualmente o Ministério da Educação está promovendo o maior programa de formação para os professores em exercício das escolas brasileiras. É preciso reconhecer como positivas algumas medidas promovidas pelo governo federal nos últimos anos, especialmente aquelas que visam atender os professores com formação insuficiente. De acordo

com dados do próprio Ministério da Educação, cerca de 600 mil professores não possuem o ensino superior para o exercício da profissão docente. O Plano Nacional de Formação de Professores¹ que entrou em funcionamento no segundo semestre de 2009, está sendo executado pelas universidades públicas federais e estaduais para atender na primeira etapa cerca de 50 mil professores de 21 Estados brasileiros. No total serão 330 mil professores que farão a primeira graduação ou uma graduação na área específica de atuação. Os cursos de licenciaturas serão ofertados na modalidade à distância através da UAB (Universidade Aberta do Brasil).

Nas Instituições do Ensino Superior todo projeto educativo de formação docente é materializado no Projeto Pedagógico de cada curso. No âmbito desse projeto destacam-se três itens essenciais que direcionam as práticas de ensino: a concepção de educação que será praticada, o perfil do egresso e a metodologia ou estratégias de ensino adotadas.

Ressalta-se que várias concepções de educação já foram produzidas desde os filósofos gregos que a denominavam como *Paideia*, Kant que a pensava como *Bildung* ou aquela proposta por Nietzsche que a definiu como processo de autoformação ou como formação cultural de si.

A formação inicial ocorrida de forma apressada nos cursos de licenciaturas, tanto presencial como à distância, na maioria das universidades privadas e também em cursos de educação à distância patrocinados e legitimados pelo próprio Estado, funcionam como paliativos, mas não resolvem o problema de formação de professores, muito menos promovem um processo educativo capaz de qualificar para uma relação crítica com as ciências e com a cultura. Conforme denunciou Nietzsche ainda no século XIX, esse tipo de educação contribui para a formação de quadros profissionais para o Estado e para o trabalho nas empresas capitalistas.

A situação atual em que se encontra a Educação Básica, especialmente em relação à falta de professores com formação adequada é sintomaticamente reveladora do descaso, da falta de prioridade e investimentos a que está submetida à educação brasileira nas últimas décadas.

¹ O MEC instituiu, por meio do Decreto n.6.7555, de janeiro de 2009, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Este documento, além de manter a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento a programas de formação inicial e continuada no país, estabeleceu a criação dos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação. Na esteira desta política foi constituído, igualmente, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) (Brasil/MEC, 2009), com o objetivo de estabelecer ações e metas para a qualificação dos 600 mil professores brasileiros que ainda não possuem a formação considerada adequada ao trabalho que exercem.

A solução da crise em que se encontra a educação nacional passa por encaminhamentos que são tanto de ordem quantitativa (percentual de recursos aplicados em educação, número de formados no ensino superior, número de horas/anos dedicados à formação inicial dos docentes) quanto de ordem qualitativa (planejamento e definição de políticas públicas que levem em conta a qualidade vital e qualidade social dos projetos educativos, criatividade e diversidade das experiências educativas produzidas pelos currículos escolares, valorização e reconhecimento da profissão docente pelo Estado e pela sociedade) se se deseje políticas públicas educacionais inovadoras.

Além dessas questões estruturais e organizacionais as universidades precisam recuperar o seu papel original de produtoras e divulgadoras do conhecimento científico-filosófico e centros de criação e divulgação da cultura. A idéia de universo do conhecimento e dos saberes que perpassam as diferentes ciências, filosofias e culturas ainda faz sentido para uma universidade.

Há consenso de que as variáveis determinantes para bons cursos superiores são a qualificação e dedicação de docentes (Mestres e doutores) que com condições e valorização adequados poderiam qualificar os processos pedagógicos e garantir uma formação comprometida com as necessidades e demandas das escolas e da sociedade brasileira. Essa situação é comprometida em função da competição entre as IES privadas no mercado educacional processo que resultou na decadência dos planos de carreira e condições de trabalho dos docentes, notadamente caracterizado pela redução salarial e da jornada de trabalho. Esse fato compromete a qualidade dos cursos e de formação oferecida nos cursos superiores.

Não é aceitável o próprio Estado legitimar o estelionato educativo praticado por algumas universidades brasileiras com ações na bolsa de valores, cujo critério de gestão dos cursos é a redução de custos a partir de uma reestruturação do trabalho docente e do currículo onde cursos com duração apressada de apenas três anos em que as aulas acontecem apenas durante quatro dias da semana com três horas/aulas por período e o restante da carga horária cumprida através de “atividades” que não dão conta de estabelecer um diálogo e interação direta entre professores e alunos, imprescindíveis para uma boa formação.

Quanto ao perfil do egresso os projetos pedagógicos dos cursos de formação precisam descrever o ideal de educação em termos não apenas de habilidades, competências, atitudes que se espera dos formandos em relação à sua atuação profissional, mas devem prever processos de formação que dizem respeito à apreciação da cultura, incentivo e valorização da estética da criação, experiências de avaliação da conduta ética e política como processos inerentes à formação que remonta a *Paideia* grega. O perfil

idealizado está diretamente vinculado à concepção de educação definida e será ele o balizador das metodologias ou estratégias adotadas que por sua vez terão a responsabilidade de garantir essa formação, concebida e executada como práxis, ou seja, uma formação que nunca separa teoria e prática, mas uma formação que sempre unirá os processos de idealização, execução e avaliação das atividades educativas assim como dos processos de trabalho.

E em terceiro lugar ressalta-se que a metodologia revela como as práticas pedagógicas são conduzidas, organizadas e orientadas de tal forma que é no próprio caminho, no percurso do curso que se absorve, se forma e que se percebe se há coerência entre o que se pratica e que se espera do formando, ou seja, deve sempre haver uma coerência entre as práticas metodológicas com o perfil do egresso. Entende-se que a metodologia será reveladora da concepção de educação e principalmente será reveladora da própria concepção epistemológica, ou seja, a compreensão dos processos de como conhecemos e de como nos relacionamos com a ciência e a própria filosofia.

Quando se trata especificamente dos cursos de formação de professores, espera-se que os licenciados sejam capazes de desenvolverem metodologias de ensino que incorporem as questões do conhecimento específico de sua área de formação em suas diversas contextualizações, tais como: a leitura e interpretação de textos de diferentes épocas da história da ciência e da filosofia, devido às múltiplas temporalidades; uma abordagem das teorias do conhecimento que acompanham essas diferentes temporalidades; os documentos e suas linguagens, o perspectivismo necessário para um crescimento interpretativo; o domínio das discussões e interseções nos campos da política, economia, ecologia, além do zelar por procedimentos éticos e de interesse da socialização do conhecimento.

Nesse sentido, caberá aos professores desses cursos, construir situações problemas relevantes para que os educandos possam escolher, adequadamente, as fontes para a discussão dos temas propostos diante das habilidades exigidas para extrair o seu potencial interpretativo e de produção acadêmica que contribuirão para sua formação.

Ao profissional formado em cursos de licenciaturas caberá atuar no campo da educação que abrange não somente o espaço escolar, mas também a preservação do meio-ambiente, participações em questões sócio-políticas para uma inserção de maior qualidade na sociedade, visando à incorporação na diversidade cultural como horizonte político maior de respeito ao outro, ao diferente, sem perda de sua identidade própria, ou seja, de sua raiz de memória e subjetividade. Um profissional, portanto, que tenha sempre o compromisso com a inclusão social daqueles que o cercam e que saiba bem se portar, comunicar e trabalhar para o que é de bem público, esse é o tipo

de profissional desejado pelos cursos de formação de professores.

Para que esse ideal de formação esperado se concretize os professores dos cursos de licenciaturas deveriam orientar as experiências educativas e relação com o saber a partir de diferentes fundamentos pedagógico-filosóficos que embasam os métodos de aprendizagem/formação. Apesar da pluralidade de correntes pedagógicas e seus respectivos métodos de produção-aquisição do conhecimento propomos a seguir duas referências capazes de se diferenciarem dos referenciais tradicionais, conteudistas e tecnicistas hegemonicamente praticados nas universidades e escolas brasileiras.

O referencial do pensamento socrático no que concerne a postura do sujeito cognoscente e sua relação com o conhecimento é de fundamental importância. O “conhece-te a ti mesmo” socrático marcado pelo método dialético permite ao ser humano buscar o conhecimento que habita seu interior, reconhecendo suas limitações, assumindo uma postura de busca da verdade e da virtude intelectual e moral.

A *Paideia* grega poderá ser inspiradora para nossa tarefa educativa e, especialmente a prática da dialética deverá orientar as atividades das diferentes disciplinas, pois ela permite partir do pensamento, das ideias trazidas pelos alunos que deverão ser problematizadas pelos professores à luz dos textos e do pensamento filosófico.

O que se busca com essa educação é emancipar a razão, produzindo autodomínio num processo de superação do senso comum. Segundo a ascese socrática, o homem seria capaz de livremente se impor à racionalidade moral possibilitando conduzir todos os cidadãos à “virtude política” e à descoberta de novos caminhos para conhecer a verdadeira essência da vida social.

Segundo Jaeger (2001, p. 571), “a cultura em sentido socrático converte-se na aspiração a uma ordenação filosófica consciente da vida, que se propõe cumprir o destino espiritual e moral do homem”. O mais importante para a *Paideia* grega é o conceito do fim da vida. É por ele, segundo Jaeger, que se define a missão da educação, que não consistirá apenas na transmissão do conhecimento e no desenvolvimento de capacidades, aspectos considerados meios e uma fase do processo educacional, o que se busca é a verdadeira essência da educação, cujo objetivo visava fornecer ao homem as condições necessárias para alcançar o fim autêntico de sua vida. Essa meta se identifica com o conhecimento do bem e se constitui um projeto para a vida inteira.

Outra referência fundamental, embora pareça contraditória à maiêutica socrática é a “filosofia da problematização” deleuziana que permitirá ao estudante de todas as áreas do saber elaborar suas questões,

assumindo uma postura ativa e crítica diante do conhecimento, construindo desta forma, sua subjetivação a partir do contato com o patrimônio científico, cultural e filosófico propiciado pelo curso que realiza na universidade. Desta forma, será possível a superação dos métodos de educação tradicionais e tecnicistas marcados por processos de transmissão e reprodução do conhecimento, e pela tendência de tratar o conhecimento apenas como um bem utilitário no contexto da sociedade mercantil.

Pensando uma metodologia de ensino para os cursos superiores a partir do filósofo francês Gilles Deleuze, devemos ter como pressupostos que a educação sofre influências da produção crítica, reflexiva e problematizadora da filosofia que orienta a formação humana. Para ele, o papel de qualquer ciência e principalmente da filosofia é criar conceitos conforme aponta a seguir:

A maior parte do tempo, quando me colocam uma questão, mesmo que ela me interessa, percebo que não tenho estritamente nada a dizer. As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. SE não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer. A arte de produzir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 9).

Uma metodologia que permita ao aluno formular problemas, elaborar e compreender os conceitos a partir de um processo de subjetivação e singularização entende que o sujeito, bem como o objeto, são efeitos, resultados do processo de invenção. Dessa forma, a aprendizagem não deve ser entendida como processo de solução de problemas nem aquisição de um saber, mas um processo de produção de subjetividade, pois para Deleuze (1998), já não há sujeitos, mas individuações dinâmicas sem sujeito, que constituem agenciamentos coletivos a partir de processos de subjetivação. O conhecimento é efeito de agenciamentos que se expressam nas singularizações dos processos de subjetivação como invenção, tanto de problemas quanto de soluções. Nesse sentido, o conhecimento deve ser entendido como invenção e, desta forma, garantir novos modos de experimentação da vida e do próprio processo, e, assim, pode-se chamar a formação de experiência formativa da aprendizagem, ou seja, processo de subjetivação que já é formativo em si mesmo. Desse modo, não estaríamos pensando mais a formação como colocar dentro de uma forma os conhecimentos, mas como processo de invenção de conhecimentos.

Para Deleuze, é o processo de subjetivação que possibilita a criação dos modos de vida enquanto experimentação e pensamento. Assim, pode-se produzir novos modos de vida experimentando o processo educacional. É possível criar novos modos de expressão e de produção da subjetividade

como efeitos do processo educacional. Processo em que o que está no centro não é uma produção de conhecimento ditada por alguém e que deve acontecer de determinado modo, mas uma produção em que o professor e o aluno se subjetivem e se singularizem.

Longe do conhecimento científico-filosófico ficar aprisionado no âmbito interno da universidade e, menos ainda de restringir-se à memorização e a preparação para “ser professor”, as licenciaturas (devido ao caráter amplo e diversificado de seus cursos incluindo áreas da história, sociologia, filosofia, psicologia) devem figurar como forças para problematizar a sacralização da mercadoria e promover a profanação do mercado enquanto instâncias supremas. Pensar a vida, pensar a formação cultural, não só do aluno, mas de todos aqueles que em diferentes espaços de diálogo e de aprendizado possam despertar para a superação, do devir, da transmutação das regras moralistas e das estruturas que apequenam o homem, que empobrecem as potencialidades da qualificação vital.

CONCLUSÃO

Entende-se que é preciso esforço para uma análise ampla e crítica sobre como os valores e princípios do mercado estão se impregnando e orientando as políticas públicas de educação para a universidade brasileira, principalmente sobre como o Estado assume o papel principal de implementação e indução da lógica do mercantilista para a gestão do sistema educacional brasileiro.

Uma das principais críticas que se deve fazer a esse modelo é a redução que a lógica do mercado opera ao transformar a própria educação numa mercadoria. Quando a educação se reduz à mercadoria acredita-se que o próprio homem está sendo tratado como mercadoria, como objeto num processo de reificação que impedirá em última instância a sua plena realização e humanização.

No contexto do mercado absoluto além das relações de trabalho de exploração do capital em relação ao trabalho o próprio saber humano em termos de habilidades e competências é transformado em objeto de troca tornando o homem em um ser alienado e desprovido de senhoria de si mesmo. Nesse sentido, o projeto de educação liberal contribui diretamente para esse processo de exploração e reificação do homem, processo que se expande para além das relações de trabalho, pois todos os espaços e relações sociais são transformados em mercadorias ou orientados pelos valores e princípios do mercado. Os bens culturais e espirituais, as atividades de lazer e entretenimento, mesmo aquelas que ocorrem no espaço familiar estão submetidas ao controle e interesses do mercado.

Além disso, o projeto de educação liberal contribui para produzir uma cultura de segunda categoria, ou semicultura uma vez que todos os

bens culturais são tratados como mercadorias conforme já denunciado por Adorno e Benjamin quando estabeleceram as críticas à cultura de massas e indústria cultural produzidas pelo capitalismo. O mercado através do cálculo frio e das estratégias de expansão cria a cada instante uma nova demanda ou oferta de produtos/ novidades, num processo de espiral sem fim que gira sobre si mesmo e submete, ou tenta submeter a todos ao fetichismo e ao prazer imediato produzido pelo consumo.

Entende-se que além das análises e críticas ao processo de mercantilização da educação e da cultura compete à massa crítica dos educadores das universidades brasileiras produzirem resistências teóricas e forças mobilizadoras contrárias à lógica do mercado. É preciso fazer proposições e promover ações que considerem a vida, o desenvolvimento e a expansão da vida como o eixo central dos processos educacionais e culturais. Muito mais do que um consumidor de conhecimento e dos bens culturais, o homem deve ser pensado como uma força produtora de cultura e capaz de educar a si mesmo num processo de autoformação e superação de si mesmo. Essa é uma perspectiva inovadora que se apresenta como proposta para pensar a concepção e os processos de formação docente em cursos superiores de licenciaturas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Federal 9394/1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DELEUZE, G. & PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NIETZSCHE, F. *Escritos sobre a educação*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC/Rio e editora Loyola, 2003.

NÓVOA, A. (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, Acessado em 10/01/2012.

VEIGA, I. P. A. (org). *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas: Papyrus, 1997.